

## Pregão Eletrônico

---

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **INTENÇÃO DE RECURSO:**

manifesto minha itenção de recurso considerando, que a empresa vencedora, nao cumpriu a regra do edital do item 06 e subitem 6.2.- comprovação de assistencia tecnica em portovelho .,

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

À

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDONIA

Referência: Pregão Eletrônico nº 532/KAPA/SUPEL/2019

OBJETO: Aquisição de embarcações, motores de popa e carretas rodoviárias e engate reboque para barco, tendo como interessada a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, visando atender as demandas das ações constantes nos Comitês de Bacias Hidrográficas da Coordenadoria de Recursos Hídricos - COREH, custeados com recursos financeiros do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO.

A empresa ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.055.669.0001/92, estabelecida na rua Manoel Laurentino de Souza, nº 718, em Porto Velho - RO, CEP 76.820-188, por seu sócio - Gerente, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar Recurso Administrativo para Impugnar a classificação e por conseguinte, o resultado do pregão eletrônico n. 532/2019, no que concerne à classificação da empresa recorrida para o Lote 02,(CONJUNTO EMBARCAÇÃO/MOTOR/REBOQUE) pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### I. DA TEMPESTIVIDADE

O subitem 14.1 e 14.2 do edital assim determina:

14.1. Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 20 (vinte) minutos.

14.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões recursais, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, art. 4º, Lei Federal n.º 10.520/2002).

Os pontos a serem abordados nestas razões de recurso em relação à empresa proposta da empresa LIFE COMERCIO E SERVICOS - EIRELI serão os seguintes, e são mais que suficientes para demonstrar, comprovar e justificar a revisão da decisão que aceitou e a habilitou no Pregão Eletrônico nº 532/2019.

#### 2. DESATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL:

A princípio temos que esclarecer que a licitação é um procedimento administrativo, ou seja, uma série de atos sucessivos coordenados, voltada de um lado, a atender o interesse público, e de outro, a garantir a observância dos princípios da legalidade, moralidade, isonomia, igualdade, bem como todos os princípios que regem as licitações, de modo que todos licitantes possam disputar entre si, a participação em aquisições e contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar com os particulares.

Hely Lopes Meirelles denomina o Edital como "lei interna da licitação", que traz as regras regedoras do certame, vinculando a Administração Pública e os concorrentes. O renomado autor leciona:

Nada se pode exigir ou decidir aquém ou além do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços e segundo as condições, estabelecidas na convocação licitatória, é que os interessados deverão apresentar suas propostas, obedecendo, tanto na forma quanto no conteúdo, as especificações do órgão que promove a licitação. Em tema de proposta nada se pode oferecer, considerar, aceitar ou exigir além ou aquém do edital ou do convite. (grifo nosso)

Vejamos o que define o edital a respeito da descrição do objeto :

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA – Termo de Referência

6.1. O Fornecedor deverá assegurar aos objetos propostos garantia integral de no mínimo 12 (doze) meses para todos os seus componentes incluindo as partes eletrônicas, se houver, contra qualquer defeito de projeto, fabricação ou desempenho do equipamento quando em condições normais de uso e manutenção. O prazo de garantia ofertado pela CONTRATADA será contado da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

6.2. Deverá ser comprovada a capacidade de assistência técnica por empresa concessionária, estabelecida na cidade de Porto Velho - Estado de Rondônia.

6.3 -O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante.

6.5. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados de acordo com as revisões de garantia definidas no manual técnico do objeto. A Contratada (Licitante Vencedora) deverá prestar a assistência técnica, bem como substituição de peças, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, após a solicitação, em perfeitas condições de uso e sob as mesmas condições contratuais e caso necessite de prazo maior para resolver as pendências, deverá informar e justificar, ao usuário, a nova data para entrega dos produtos.

A recorrida ao invés de apresentar o que solicita o edital, ateve-se tão somente em apresentar uma declaração cuja redação não deixa claro suas obrigações, nota-se, que a recorrida, apresentou uma pessoa física, a qual seria subjetivamente responsável pelas manutenções e assistências técnicas dos equipamentos, não obstante, verifica-se que o "responsável" pelas assistências técnicas tem seu Registro Geral, inscrito no estado do Mato Grosso, ou seja, possivelmente o mesmo não reside na cidade de Porto Velho - RO.

Como se pode observar, a empresa descumpriu a regra editalícia, não sinalizando, de forma objetiva os locais

(estrutura física) para manutenção dos equipamentos.

Nota-se, que a regra posta (assistência técnica na cidade Porto Velho), tem o condão de resguardar a administração pública, tendo em vista a usuabilidade dos equipamentos pelos técnicos da SEDAM e Gestores, que necessitam de continuidade dos serviços/reuniões.

O interesse público deve ser resguardado, a manutenção da proposta da empresa recorrida poderá trazer prejuízos, haja vista, que haverá descontinuidade, quando o equipamento necessitar de assistência técnica de forma urgente, a empresa recorrida que está localizada a km 2.287 (Góias) de distância de Porto Velho, ou a convocação do "outorgado" por ela tiverem que prestar a devida manutenção dos equipamentos em tempo hábil como preconiza o edital.

De acordo com artigo 41 da Lei n. 8.666/93, "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Sobre o tema, a doutrina esclarece:

A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. [...]. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 274-275)

Desta feita a vinculação ao instrumento convocatório é um dos princípios norteadores da licitação, estando contido no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, e é a garantia da lisura do procedimento, conforme ensina Carvalho Filho:

"...é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial" (CARVALHO FILHO, José dos Santos - "Manual de Direito Administrativo". 16ª Edição. Lumen Juris Editora)."

Nesse sentido, tem decidido o Tribunal de Contas da União:

"Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação dos licitantes, mediante confronto com as exigências e condições do ato convocatório, serão desclassificados e não-aceitos aqueles que não atenderem ao que foi estabelecido..."

"O licitante que deixar de fornecer, quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no ato convocatório ou com irregularidades será considerado inabilitado". (Licitações e Contratos Orientações Básicas – 3ª Edição Revista, Atualizada e Ampliada – Brasília 2006 – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Página 169). (Grifo nosso).

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

Obs. Foram encaminhados no email o quadro comparativo dos motores e a resposta da Mercury a respeito da foto do motor de popa apresentado, em razão da plataforma não aceitar figuras.

### 3. DO PEDIDO

Seja refeita a decisão desta equipe de pregão, DESCLASSIFICANDO a proposta da empresa empresa LIFE COMERCIO E SERVICOS – EIRELI, por não atender à exigência do edital contida no item 6 e subitens do Termo de Referência

1. Requer seja reformada a decisão da pregoeira que julgou a recorrida vencedora do certame para o lote 2, desclassificando-a.
2. Seja dada sequência ao certame licitatório convocando as demais empresas classificadas;
3. Sucessivamente, caso não seja acatado pelo Pregoeiro qualquer um dos pedidos formulados, requer seja o presente Recurso Administrativo remetido à Autoridade Superior para o seu julgamento, com a instrução adequada do processo.

Porto Velho, 28 de abril de 2020

KLINGER QUIEROZ DO NASCIMENTO

Sócio – Gerente

RG 540.832 - SSP/RO

.

**Fechar**